

São Francisco Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
São Francisco Energia S.A.
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição de ativos de usinas termoeletricas

Veja a Nota 1 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
No exercício de 2021 a Companhia firmou contrato junto à Petrobrás, pelo qual adquiriu determinados ativos de três usinas termoeletricas como parte do projeto de desinvestimento do Polo de Camaçari daquela contraparte. A aplicação da política contábil inerente ao CPC 15 – Combinação de negócio é complexa e requer o uso de julgamentos pela Companhia para determinar se os passivos assumidos constituam ou não um negócio, ou seja para determinar a classificação dessa transação como combinação de negócios ou aquisição de ativos. Face ao exposto consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a leitura do contrato de aquisição firmado junto à Petrobrás com o objetivo de avaliar se as características da operação atendiam ou não aos três elementos de negócio (capacidade de gerar inputs, processos e outputs) requeridos para enquadrar a operação como combinação de negócios ou compra de ativos. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento da aquisição dos ativos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outro assunto

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da São Francisco Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

São Francisco Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020 (não auditado)	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020 (não auditado)
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.094	10	Fornecedores	12	12.687	-
Contas a receber	5	25.531	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	59.214	-
Impostos a recuperar	6	9.241	-	Obrigações sociais e trabalhistas		142	-
Estoques	7	477	-	Obrigações tributárias	14	132	-
Outras contas a receber	11	28.251	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.625	-
Total dos ativos circulantes		132.594	10	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	1.891	-
				Outras contas a pagar		164	-
Não circulantes				Total dos passivos circulantes		78.855	-
Impostos a recuperar	6	972	-	Não circulantes			
Imobilizado	9	31.245	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	77.772	-
Intangível	10	950	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	21
Total dos ativos não circulantes		33.167	-	Outras contas a pagar		63	-
				Total dos passivos não circulantes		77.835	21
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	3.000	32
				Reservas de lucros	16	6.071	(43)
				Total do patrimônio líquido		9.071	(11)
Total dos ativos		165.761	10	Total dos passivos e do patrimônio líquido		165.761	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020 (não auditado)
Receita operacional líquida	17	22.942	-
Custos de operação e manutenção	18	<u>(11.652)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		11.290	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(905)	(6)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>2.382</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>12.767</u>	<u>(6)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	1.066	-
Despesas financeiras	19	<u>(1.269)</u>	<u>-</u>
Total		<u>(203)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>12.564</u>	<u>(6)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	<u>(4.602)</u>	<u>-</u>
Total		<u>(4.602)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício		<u>7.962</u>	<u>(6)</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$		2,654	(0,600)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020 (não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.962	(6)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>7.962</u></u>	<u><u>(6)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Pejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	32	-	-	(37)	(5)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	32	-	-	(43)	(11)
Aumento de capital social	16 3.011	-	-	-	3.011
Absorção de prejuízo contra o capital social	16 (43)	-	-	43	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.962	7.962
Destinação do lucro:					
Complemento de reserva legal	16 -	398	-	(398)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,35 por ação)	16 -	-	-	(1.891)	(1.891)
Complemento de reserva de lucros retidos	16 -	-	5.673	(5.673)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	398	5.673	-	9.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		7.962	(6)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 18	2.041	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	13	1.156	-
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	13	92	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(25.531)	-
Estoques		(477)	-
Impostos a recuperar		(10.213)	-
Outras contas a receber		(28.251)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		12.687	-
Obrigações tributárias		4.757	-
Obrigações sociais e trabalhistas		142	-
Outras contas a pagar		227	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(35.408)</u>	<u>(6)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(33.236)	-
Aquisição de intangível	10	(1.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(34.236)</u>	<u>6</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	138.000	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(2.262)	-
Aumento de capital social		2.990	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>138.728</u>	<u>-</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>69.084</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	10	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	69.094	10
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>69.084</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A São Francisco Energia S.A. (“Companhia” ou “SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 23.865.997/0001-48, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018, de 21/08/2018, a ANEEL estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia termelétrica, compatibilizando-as com as penalidades previstas em contratos de fornecimento de combustível. Destaca-se que a SFE possui contrato de fornecimento de combustível firmado com a Refinaria de Mataripe S.A. após a publicação da citada Resolução Normativa, o qual tem vigência até o final dos CCEARs - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre). Com isto, a Companhia, que assumiu a operação das Usinas a partir de 06 de dezembro de 2021, obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, receita bruta de geração variável de R\$4.807, além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$20.724.

Aquisição de Ativos

A Global Participações em Energia S.A. (GPE) participou de processo competitivo conduzido pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a venda das Usinas Termoeletricas - UTEs, localizadas em Camaçari-BA, integrantes do “Projeto Goytacazes” e que constituíam o “Polo Camaçari”. As Usinas eram ativos de titularidade da Petrobras, totalmente operacionais, conforme adiante descrito. Esse processo fez parte do regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, previsto no Decreto 9.188/2017, liderado pelo Banco Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., assessor financeiro exclusivo no processo, contratado pela Petrobras.

A GPE utilizou a subsidiária São Francisco Energia S.A., para adquirir os referidos ativos, as UTEs: Arembepe, atual Guarani, Muricy, atual Apoená e Bahia I Camaçari, atual Curumim.

A etapa de transição teve início com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças em 03/05/2021, tendo a SFE assumido a gestão, operação e manutenção das usinas após o cumprimento das condições suspensivas previstas em contrato em 06/12/2021.

Na transação, a Companhia adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoená, Guarani e Curumim, e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a Companhia por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a Companhia a se estabelecer como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as referidas unidades termoeletricas.

Nesta operação a Companhia sagrou-se vencedora por meio de uma oferta vinculante, para aquisição dos ativos imobilizados, ativos intangíveis e estoques. Entre a data da oferta e a data do fechamento da operação (entrega total das Usinas) ocorreu o chamado ajuste de preço, no qual todo o resultado das Usinas integrantes do “Projeto Goytacazes”, mesmo ainda sendo operadas pela Petrobras, seria utilizado para abater ou somar ao preço ofertado. Deste modo, na data do fechamento em 06/12/2021 a Companhia desembolsou o montante de R\$ 60.809, líquidos do ajuste de preço, que durante a transição foi favorável à Companhia.

Em fevereiro de 2022, a Companhia concluiu os números finais do ajuste de preço da aquisição do Projeto Goytacazes da Petrobras de 2021 referente às Usinas Apoená, Guarani e Curumim. A Petrobras devolveu em 16 de março de 2022 a São Francisco Energia S.A. o montante de R\$26.196 entre principal de R\$25.587 e atualização de R\$609, referentes a ajustes de preços praticados na data do fechamento conforme previsto em contrato. Por tratar-se de evento subsequente que afetou o Balanço Patrimonial da Companhia em 2021, foi registrado um contas a receber no montante ajustado de R\$25.232 entre principal de R\$24.623 e atualização de R\$609, conforme observa-se na nota explicativa 11.

Para registro contábil desta operação a Companhia precisou realizar uma avaliação a valor justo, por meio de especialistas, de modo a ratear o valor efetivamente pago entre os ativos adquiridos.

Para o ativo imobilizado, o valor justo foi apurado através da técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Para o ativo intangível foi realizada o método *multi-period excess earnings*, o qual considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com os clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa não relacionado com a operação das Usinas.

Para os estoques foi considerado o valor constante das notas fiscais emitidas pela Petrobras na venda das peças, combustíveis, diesel e lubrificantes.

Deste modo, baseando-se nas proporções de rateio as aquisições da Companhia foram:

- Ativo Imobilizado – R\$ 30.263 – NE n.º 9;
- Estoques – R\$ 3.910 – NE n.º 7;
- Ativo Intangível – R\$ 654 – NE n.º 10;
- Receita Financeira – R\$ 609 – NE n.º 19;
- Outras contas a receber – R\$ 25.232 – NE n.º 11. Ver nota explicativa n.º 25.

As UTEs Apoená (151,7 MW) e Guarani (150,0 MW) foram contratadas no Leilão de Energia Nova n.º 002/2006 e a UTE Curumim (31,8 MW) foi contratada no Leilão de Energia Nova n.º 004/2006, ambos realizados pela ANEEL. Como resultado desses leilões as UTEs Apoená e Guarani firmaram um total de 30 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e a UTE Curumim firmou 24 CCEARs, todos com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, pelos quais (i) as UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, por meio do despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1.ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração, 2.ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração e 3.ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A UTE Apoená entrou em operação comercial em setembro de 2009 e a UTE Guarani entre março e abril de 2010 e têm prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Já a UTE Curumim opera desde 2002, tendo sido recontratada em 2006, conforme já apontado (LEN n.º 004/2006), e tem prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2025.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 17 – Reconhecimento de Receita;
- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Aquisição de Ativos.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Aquisição de Ativos;
- NE n.º 9 – Imobilizado;
- NE n.º 10 – Intangível.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 9.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiro e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e/ou transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

Receita com venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do Leilão de Energia Nova n.º 002/2006 referente às UTEs Apoená e Guarani e do Leilão de Energia Nova n.º 004/2006, quando foi contratada a UTE Curumim. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Efeitos da covid-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve efeitos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro.
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios.

- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscaras e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	2021	2020
		(não auditado)
Caixa e bancos	16	10
Aplicações financeiras de alta liquidez	69.078	-
Total	<u>69.094</u>	<u>10</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 102% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Contas a receber

	2021	2020
		(não auditado)
Valores a faturar	25.531	-
Total	<u>25.531</u>	<u>-</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias.

Em 2020, a Companhia estava pré-operacional entrando em operação em 06 de dezembro de 2021.

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não identificou a necessidade de constituição de eventuais provisões para perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020 (não auditado)
PIS sobre ativo imobilizado	1.097	-
PIS sobre faturamento	726	-
COFINS sobre ativo imobilizado	5.046	-
COFINS sobre faturamento	3.344	-
Total	10.213	-
Circulante	9.241	-
Não circulante	972	-
Total	10.213	-

7 Estoques

	2021	2020 (não auditado)
Combustível	338	-
Almoxarifado de peças para manutenção	139	-
Total	477	-

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos	2021		2020	
	<u>incidentes</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
				(não auditado)	
<u>Fornecedor (a)</u>					
Global Engenharia Ltda	sem encargos	3.196	(3.442)	-	-
Total		3.196	(3.442)	-	-

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$37 referentes à remuneração fixa de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Total
Taxa de depreciação anual	-	3,6% (*)	1,8% (*)	3,8% (*)	1,7% (*)	3,9% (*)	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	2.953	1.849	45	26.571	222	1.596	33.236
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.953	1.849	45	26.571	222	1.596	33.236
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(127)	(1)	(1.741)	(4)	(118)	(1.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(127)	(1)	(1.741)	(4)	(118)	(1.991)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	2.953	1.722	44	24.830	218	1.478	31.245
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens limitado ao período dos contratos, quando for o caso, estão apresentados pela taxa média.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

10 Intangível

		2021		2020	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
					(não auditado)
Direito de uso de software	20%	346	(6)	340	-
Direito de contratos - clientes	45,7%	654	(44)	610	-
Total		<u>1.000</u>	<u>(50)</u>	<u>950</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		-			
Adições		-			
Amortização		-			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		-			
Adições		1.000			
Amortização		(50)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>950</u>			

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano limitado às datas dos contratos, enquanto o direito de contratos, formado pelo custo de aquisição das usinas, está sendo amortizado à taxa de 45,7% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 31/12/2023 (Guarani e Apoena) e 31/12/2025 (Curumim).

11 Outras contas a receber

	2021	2020
		(não auditado)
Adiantamento a funcionários	147	-
Despesas antecipadas	2.872	-
Ajuste de preço - Petrobras (a)	25.232	-
Total	<u>28.251</u>	<u>-</u>

- (a) A Companhia concluiu os números finais do ajuste de preço da aquisição do Projeto Goytacazes com a Petrobras em 2021 referente às Usinas Apoena, Guarani e Curumim. A Petrobras devolveu em 16 de março de 2022 à São Francisco Energia S.A. o montante de R\$26.196 atualizados, referente a outras contas a receber no montante de R\$ 25.232 entre principal de R\$24.623 e atualização de R\$609, conforme a ajustes de preços praticados na data do fechamento previsto em contrato.

12 Fornecedores

	2021	2020 (não auditado)
Fator Segurança S.A.	1.505	-
Global Engenharia Ltda	3.196	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	2.250	-
Petrobras Distribuidora S.A.	533	-
Simple Energy Comercializadora S.A.	2.676	-
Prefeitura Municipal de Camaçari	2.179	-
Outros fornecedores	348	-
Total	12.687	-

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	2021	2020 (não auditado)
Bradesco S.A. Debêntures (vencimento em dez/23)	CDI +	1.156	59.143	139.156	-	-
(-) Custos de transação	2,56%a.a.	-	(1.085)	(2.170)	-	-
Subtotal		1.156	58.058	136.986	-	-
Total		1.156	58.058	136.986	-	-
Circulante		1.156	58.058	59.214	-	-
Não circulante		-	-	77.772	-	-
Total		1.156	58.058	136.986	-	-

- (a) Em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.^a emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A no valor de R\$1 cada, totalizando R\$138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, por meio de pagamentos mensais após período de carência e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-
Captação de empréstimos	138.000	-	138.000
Juros e variações monetárias provisionadas	1.156	-	1.156
Aquisição dos custos de captação	(2.262)	-	(2.262)
Amortização dos custos de captação	92	-	92
Transferências	(77.772)	77.772	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59.214	77.772	136.986

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u> (não auditado)
2023	77.772	-
Total	<u>77.772</u>	<u>-</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de recebíveis (Usinas Guarani, Apoená e Curumim);
- Alienação de 4 (quatro) imóveis de propriedade da emissora (Matrículas 5.575; 4.873; 4.860 e 6.910)
- Alienação Fiduciária das ações da SFE de titularidade da GPE e dos acionistas minoritários.

Em 2021, o *covenant* financeiro do contrato das debêntures com o banco Bradesco previa a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em valor maior ou igual a 1,2 vezes no fim do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os *covenants* foram cumpridos.

14 Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u> (não auditado)
INSS serviços de terceiros	2	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	128	-
ICMS e DIFAL	1	-
Outros tributos a recolher	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>132</u>	<u>-</u>

15 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há demandas judiciais, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.000 (R\$32 em 2020) e estava representado por 3.000.000 ações ordinárias (Em 2020, 10.000 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2020	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	10.000	100
Total	10.000	100

Acionista	2021	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	2.694.000	89,80%
José Cordeiro de Almeida Neto	90.000	3,00%
Valfredo de Assis Ribeiro Filho	90.000	3,00%
Jarbas Rodrigues Benevides	15.000	0,50%
José Celso Moraes dos Santos Júnior	15.000	0,50%
Cassiano José Souza da Silva	15.000	0,50%
Eduardo José Andrade Freire de Lima	15.000	0,50%
Juliano Souza Matos	15.000	0,50%
Rodrigo Santana do Amaral	15.000	0,50%
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	12.000	0,40%
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	12.000	0,40%
Ricardo França Ricciardi	12.000	0,40%
Total	3.000.000	100

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Em 03 de maio de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado através do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 21 e compensado através de prejuízos acumulados no valor de R\$ 43, passando o capital social de R\$ 32 para R\$ 10.

Em 15 de setembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado com a emissão de novas ações ordinárias no valor de R\$ 2.990 com valor individual de R\$ 1,00 cada, passando o capital social de R\$ 10 para R\$ 3.000.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma reserva legal de R\$398, uma vez que, por se tratar de empresa pré-operacional em 2020, não havia saldo de constituição.

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$ 2.673 que a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2021	2020 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	7.962	(6)
Média ponderada de ação por lote de mil	259	10
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>30,722</u>	<u>(0,600)</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2021	2020 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	7.962	-
Reserva legal	<u>(398)</u>	-
Base para dividendos	<u>7.564</u>	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.891</u>	-

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2021 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2020 (não auditado)	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	<u>1.891</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	<u>1.891</u>

17 Receita operacional líquida

	2021	2020 (não auditado)
Receita de venda de energia	4.807	
Receita de venda de energia por disponibilidade	20.724	-
Deduções de venda		
PIS	(421)	-
COFINS	(1.940)	-
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(228)	-
Total	22.942	-

18 Custos e despesas por natureza

	2021	2020 (não auditado)
Custos e despesas com pessoal e administradores	(437)	-
Depreciação e amortização	(2.041)	-
Custo de utilização do sistema de distribuição	(2.431)	-
Custos com manutenção e operação (a)	(7.051)	-
Arrendamentos e aluguéis	(67)	-
Custos e despesas com seguros	(138)	-
Despesas com viagens e comunicações	(35)	-
Serviços de terceiros	(53)	-
Assessoria e consultoria	(192)	-
Tributos	-	(5)
Outras despesas (receitas) (b)	2.270	(1)
Total	(10.175)	(6)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(11.652)	-
Despesas gerais e administrativas	(905)	(6)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.382	-
Total	(10.175)	(6)

- (a) Refere-se a custos de manutenção e operação das três usinas adquiridas: Guarani, Apoená e Curumim. Além da operação para geração de energia, faz-se necessário realizar manutenções corretivas e preventivas. Em 2020, a Companhia encontrava-se pré-operacional justificando a distorção comparativa entre 2021 e 2020.
- (b) Refere-se a ajuste de preços na negociação para aquisição dos referidos ativos, as UTEs: Guarani, Apoená e Curumim.

19 Resultado financeiro

	2021	2020 (não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	479	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(22)	-
Outras receitas financeiras, líquidas	609	-
Subtotal	1.066	-
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.156)	-
Amortização de custo de captação	(92)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(21)	-
Subtotal	(1.269)	-
Total	(203)	-

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Taxa efetiva	2021	2020 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.564	-
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal		(4.272)	-
Diferenças temporárias e permanentes:			
Adições (P&D, depreciação e amortização societárias)		(720)	-
Exclusões (depreciação e amortização fiscal)		145	-
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		38	-
Demais adições e exclusões		207	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-36,63%	(4.602)	-

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Prêmio	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house"	159.600	3.010	06/06/2023
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	5	27/07/2022

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	69.094	-	69.094
Contas a receber	25.531	-	25.531
Outras contas a receber	28.251	-	28.251
<u>Total</u>	122.876	-	122.876
	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	12.687	-	12.687
Empréstimos e financiamentos	136.986	-	136.986
<u>Total</u>	149.673	-	149.673

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Ativos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
		12 meses	24 meses
Caixa e equivalentes de caixa	69.094	69.094	-
Contas a receber de clientes	25.531	25.531	-
Outras contas a receber	28.251	28.251	-
Total	122.876	122.876	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
		12 meses	24 meses
Fornecedores	12.687	12.687	-
Empréstimos e financiamentos	136.986	59.214	77.772
Total	149.673	71.901	77.772

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

- Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

- Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures e a receita de venda em 31 de dezembro de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III		I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco Bradesco S.A.	Alta do CDI	9,30%	11,63%	13,95%	136.986	149.726	152.911	156.096
Total empréstimos e financiamentos					136.986	149.726	152.911	156.096
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	69.043	75.464	73.859	72.253
Banco Itaú	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	35	38	37	37
Total aplicações financeiras					69.078	75.502	73.896	72.290
Total líquido					(67.908)	(74.224)	(79.015)	(83.806)
* Fonte: Banco Santander		Efeito no patrimônio líquido			-	(6.316)	(11.107)	(15.898)

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas física e jurídica. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Quanto à escassez de combustível

- A Companhia possui contrato de compra e venda de óleo combustível com baixo teor de enxofre (OCCMB) firmado com a Refinaria de Mataripe S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023 para as UTEs Guarani e Apoená e até 31 de dezembro de 2025 para a UTE Curumim. Conforme estabelecido em contrato, a Refinaria de Mataripe S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

23 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$70.730, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$ 29.960, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$ 33.506, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$ 7.263, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$ 1, com vigência indeterminada.

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2021

- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 1.891.

25 Eventos subsequentes

Aquisição de Ativos

Em fevereiro de 2022, a Companhia concluiu os números finais do ajuste de preço da aquisição do Projeto Goytacazes da Petrobras de 2021 referente às Usinas Apoená, Guarani e Curumim. A Petrobras devolveu em 16 de março de 2022 a São Francisco Energia S.A. o montante de R\$26.196 entre principal de R\$25.587 e atualização de R\$609, referentes a ajustes de preços praticados na data do fechamento conforme previsto em contrato. Por tratar-se de evento subsequente que afetou o Balanço Patrimonial da Companhia em 2021, foi registrado um contas a receber no montante ajustado de R\$25.232 entre principal de R\$24.623 e atualização de R\$609, conforme observa-se na nota explicativa 11.